



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2015

*Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, para prever nova possibilidade autorizativa da prisão preventiva.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Parágrafo único do art. 312, do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação, promovendo-se as renumerações respectivas:

*“Art. 312....*

*Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada:*

*I - em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º) ou*

*II - para permitir a identificação e a localização ou assegurar a devolução do produto do crime ou seu equivalente ou para evitar que seja utilizado para financiar a fuga ou a defesa do investigado ou acusado, quando as medidas cautelares reais forem ineficazes ou insuficientes ou enquanto estiverem sendo implementadas, em crime praticado por organização criminosa definida em Lei” (NR)*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta visa incluir a possibilidade de decretação da prisão preventiva para permitir a identificação e a localização ou assegurar a devolução do produto do crime ou seu equivalente nos delitos praticados por organizações criminosas. Prestigiam-se e até mesmo ampliam-se, assim, os ideais da Justiça Restaurativa, que tem como um dos objetivos a reparação dos danos causados pelo crime. A medida busca, ainda, dificultar a que o investigado ou acusado oculte ou mantenha oculto o produto do crime ou o faça desaparecer.

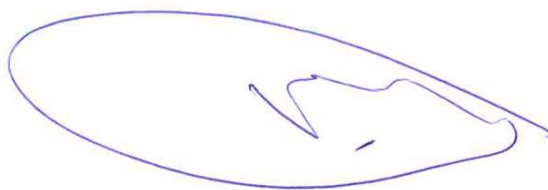
Também impede que o produto do crime seja utilizado para assegurar a impunidade do infrator, seja dando-lhe meios de fuga, seja custeando sua defesa criminal. Como bônus, a medida permite ainda estrangular a capacidade financeira da organização criminosa e impedir que usufrua os lucros do crime.

Ressalte-se que a prisão preventiva, na hipótese ora aventada, continua a ser medida excepcional, como deve ser, cabível apenas quando as medidas cautelares reais forem ineficazes ou insuficientes ou enquanto estiverem sendo implementadas. Com isso, de um lado, evita-se a sua banalização e, de outro, se reconhece que, muitas vezes, a complexidade da organização criminosa torna absolutamente ineficaz tais medidas cautelares reais, tornando a mudança que se propõe a única eficaz para desfazer a impressão popular de que o crime compensa do ponto de vista econômico e o criminoso irá usufruir da delinquência em paraísos fiscais.

Como visto, a alteração visa a atacar apenas delitos praticados dentro da engrenagem de organizações criminosas, nas quais vultosos recursos financeiros são “lavados” e “evadidos” para permitir o funcionamento da criminalidade de colarinho-branco.

Experiências como os casos “banestado” e “lava-jato”, dentre outros que possivelmente virão, demonstram que o país precisa focar mais em atacar o “coração” da organização criminosa, ou seja, seu funcionamento econômico, além de inibir a evasão de divisas.

Sala das Sessões,



Senador RANDOLFE RODRIGUES

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)*

Publicado no **DSF**, de 25/2/2015